

GT28: Corpo, reprodução e moralidades: disputas de direitos e resistência à onda conservadora

Rozeli Porto, Naara Luna

O país está sob impacto do avanço do conservadorismo no Estado e na sociedade. O discurso da defesa da família, restrita a um único modelo, é associado à defesa de certas liberdades individuais, como a de crença religiosa, ou de recusa à vacinação, ao mesmo tempo que desmonta políticas públicas voltadas para o segmento LGBT, inclui o país no acordo de Genebra para restringir o acesso a direitos reprodutivos, além de limitar o debate público sobre questões referentes a gênero e sexualidade, englobado na categoria de acusação "ideologia de gênero". Agentes religiosos envolvidos no aparelho de Estado e no Legislativo têm mobilizado essa discussão, além de empreendedores morais, especialmente do campo religioso, buscando influir na opinião pública e nas políticas de governo. O valor da liberdade individual é acionado de formas distintas, para defender o direito da liberdade religiosa a fim de impor posições LGBTfóbicas e contra os direitos das mulheres, alegando a defesa da família. Nosso GT pretende debater esse cenário complexo acolhendo trabalhos que problematizam as articulações entre diferentes moralidades, discursos religiosos e pânticos morais. Aborto, reprodução assistida, adoção por casais de mesmo sexo, transgeneridade, reconhecimento do nome social, parto humanizado, são algumas questões de interesse. O objetivo é lançar luz sobre percepções de sexo, gênero e família, sustentados no interior de tais tensões e impactos no acesso a direitos e às políticas públicas.

Por uma "cultura da paz nas maternidades": disputas entre a legitimação e a supressão do termo violência obstétrica.

Autoria: Ariene Almeida Gomes

Em 2019, o Ministério da Saúde proibiu o uso da expressão violência obstétrica em seus documentos e ações, e desde então vem reiterando seu posicionamento contrário ao uso, buscando promover uma "cultura da paz nas maternidades" (Ministério da Saúde, 2022). Em contrapartida, o termo é cada vez mais abordado em discussões em mídias sociais por mulheres, ativistas da humanização do parto e profissionais da área da saúde. Considerando isso, neste trabalho apresento observações a respeito de disputas e tensões no campo obstétrico em torno do debate -ou da recusa do mesmo por determinados setores - sobre violência obstétrica. A metodologia utilizada tem como referência o uso de pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; e de pesquisa netnográfica, analisando-se mídias sociais de adeptos do movimento pelo parto humanizado, e apresentando-se matérias jornalísticas com a cobertura do cenário obstétrico brasileiro. Os discursos apresentados por categorias profissionais e adeptos da humanização do parto mobilizam noções de corpo; natureza e cultura; tradição e ciência; e critérios de classificação de pessoas, hierarquias e assimetrias de poder, como relações raciais e de classe social. Esses discursos apontam diferentes modos de pensar a gestação, o parto e a maternidade, assim como os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, estruturando o modelo de assistência obstétrica brasileira e o problema da violência obstétrica. Palavras-chave: violência obstétrica; parto humanizado; direitos sexuais e reprodutivos

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

